



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: **40 min.**

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 3º PERÍODO DATA: 22/4/2026

GABARITO RASCUNHO

| | | | | |
|----|---|---|---|---|
| 01 | A | B | C | D |
| 02 | A | B | C | D |
| 03 | A | B | C | D |
| 04 | A | B | C | D |
| 05 | A | B | C | D |
| 06 | A | B | C | D |
| 07 | A | B | C | D |
| 08 | A | B | C | D |
| 09 | A | B | C | D |
| 10 | A | B | C | D |
| 11 | A | B | C | D |
| 12 | A | B | C | D |
| 13 | A | B | C | D |
| 14 | A | B | C | D |
| 15 | A | B | C | D |
| 16 | A | B | C | D |
| 17 | A | B | C | D |
| 18 | A | B | C | D |
| 19 | A | B | C | D |
| 20 | A | B | C | D |
| 21 | A | B | C | D |
| 22 | A | B | C | D |
| 23 | A | B | C | D |
| 24 | A | B | C | D |
| 25 | A | B | C | D |

“Estudar Direito é um deságio, mas também a oportunidade de ser um agente de transformação social. Mantenha a constância e a paixão pela busca da verdade”.

**VOCÊ É CAPAZ!
BOA PROVA!**



Disciplina: Direito das Obrigações I
Professora: Esp. Leilane Camargos

Questão 01

Maria emprestou R\$ 50,00 para Angélica comprar um lanche na faculdade em 2010. O débito deveria ter sido pago na semana seguinte, mas Angélica nunca procurou Maria para quitar a dívida. Maria chegou a cobrá-la algumas vezes, mas, como estudavam juntas, acabou ficando constrangida e desistiu. Passaram-se 16 anos sem que o pagamento fosse realizado. Sobre essa obrigação, assinale a alternativa correta:

- a) A dívida está com a pretensão prescrita, se Angélica fizer o pagamento pode inclusive pedir o dinheiro de volta.
- b) É uma obrigação natural, existindo o Schuld mas não existindo o Haftung
- c) É uma obrigação perfeita, existindo o débito e a consequente responsabilidade.
- d) Não é uma obrigação, pois já não existe o dever de pagar.

Questão 02

A música abaixo é “O Calhambeque (Road Hog)” de Roberto Carlos

“Mandeí meu Cadillac pro mecânico outro dia
Pois há muito tempo um conserto ele pedia
E como vou viver sem um carango pra correr?
Meu Cadillac, bi-bi
Quero consertar meu Cadillac

Com muita paciência o rapaz me ofereceu
Um carro todo velho que por lá apareceu
Enquanto o Cadillac consertava, eu usava
O Calhambeque, bi-bi
Quero buzinar o Calhambeque

Saí da oficina um pouquinho desolado
Confesso que estava até um pouco envergonhado
Olhando para o lado com cara de malvado
O Calhambeque, bi-bi
Buzinei assim o Calhambeque

E logo uma garota fez sinal para eu parar
E no meu Calhambeque fez questão de passear
Não sei o que pensei, mas eu não acreditei
Que o Calhambeque, bi-bi
O broto quis andar no Calhambeque

E muitos outros brotos que encontrei pelo caminho
Falavam: Que estouro, que beleza de carrinho
E fui me acostumando e do carango fui gostando
E o Calhambeque, bi-bi
Quero conservar o Calhambeque

Mas o Cadillac finalmente ficou pronto
Lavado, consertado, bem pintado, um encanto
Mas o meu coração, na hora exata de trocar
Aha ha!
O Calhambeque, bi-bi
Meu coração ficou com o Calhambeque

Bem! Vocês me desculpem, mas agora eu vou-me embora
Existem mil garotas querendo passear comigo
É, mas é por causa desse Calhambeque, mora?
Bye! Bye! Bye!”

A obrigação entre o “eu lírico” e a oficina sobre o Calhambeque é:

- a) Uma obrigação de dar coisa certa. Caso o eu lírico, por imprudência bata o Calhambeque tendo perda total, deverá indenizar equivalente mais perdas e danos.
- b) Uma obrigação de fazer. Caso o eu lírico, por imprudência, bata o Calhambeque antes da entrega, tendo perda total, deverá ser observada se a obrigação é fungível ou infungível
- c) É uma obrigação de dar coisa certa. Caso o eu lírico, por imprudência, bata o Calhambeque antes da entrega, causando perda parcial, surge um direito potestativo para o credor (dono da oficina), que poderá escolher entre aceitar o bem com abatimento do preço ou enjeitá-lo, cabendo perdas e danos em ambas as hipóteses.
- d) É uma obrigação de restituir. Caso o calhambeque tenha perda parcial sem culpa do “eu lírico”, como o carro é do dono da oficina, pelo Código Civil, não há escolha para o dono, devendo esse pegar a coisa no estado em que se encontra sem nenhuma indenização nem perdas e danos.

Questão 03

Carlos deveria entregar o carro Fiat Marea 2005 Placa XYZ 1234 para Ruan. Carlos é uma pessoa boa, só tem um problema: gosta de bebida alcoólica e não tem nenhum controle. Um dia antes da entrega do carro, Carlos, totalmente embriagado, passa por cima de uma rotatória em alta velocidade. O Carro capota e danifica todo o teto, dando perda parcial. Carlos, sem nenhum arranhão, sai do carro, brigando com a rotatória que não saiu da frente enquanto ele passava. Nesse caso:

- a) É uma obrigação de dar coisa incerta. Ruan deverá indenizar Carlos por não precisar receber um Marea 2005.
- b) É uma obrigação de dar coisa certa. Ruan poderá decidir se fica com o carro com abatimento do valor do conserto do teto ou se exige o equivalente, podendo cobrar, em ambos os casos perdas e danos
- c) É uma obrigação de dar coisa certa. Ruan poderá decidir se fica com o carro com abatimento do valor do conserto do teto. Nesse caso, não poderá cobrar perdas e danos. Ruan também poderá decidir receber o equivalente e nesse caso terá direito a reclamar perdas e danos.
- d) É uma obrigação de dar coisa certa. Carlos, o devedor, tem o direito de decidir se irá entregar o carro ou se irá pagar o equivalente. Em todos os casos deverá pagar ainda as perdas e danos.

Questão 04

Leia o título da manchete abaixo:

Capa > **BBB**

Pipoca desiste do BBB 26 e Globo define substituto de última hora

Marcel, que foi escolhido pela Casa de Vidro do BBB 26, desistiu do programa



Por Patricia Marques

12/01/2026 às 15h36 • Atualizado há 76 dias

(Pipoca desiste do BBB 26 e Globo define substituto de última hora)

Marcel, participou da casa de Vidro do BBB26, ganhou vaga no programa e desistiu dias antes do início do programa. SUPONHA que ele causou prejuízos à produção porque já haviam sido iniciadas campanhas publicitárias com sua imagem. Nesse caso responda:

- É uma obrigação de fazer fungível. Houve perda do objeto. A emissora pode requerer em juízo que a irmã de Marcel cumpra com a obrigação.
- É uma obrigação de fazer infungível. Houve perda do objeto por culpa do devedor. A emissora pode obrigar Marcel a entrar no programa.
- É uma obrigação de fazer fungível. Houve recusa voluntária em cumprir com a obrigação. A emissora não pode obrigar Marcel a cumprir a obrigação, então, resolve-se a obrigação; Não há dever de indenização.
- Trata-se de uma obrigação de fazer infungível (personalíssima). Diante da recusa voluntária em cumprir a prestação, e considerando a impossibilidade de coerção física para o ato, resta à emissora apenas a conversão da obrigação em perdas e danos.

Disciplina: Direito Constitucional III

Professor: Me. Mário César Martins de Miranda

Questão 05

Um órgão público, detentor de banco de dados com informações passíveis de serem transmitidas a terceiros, possuía informações inexatas a respeito de João. Em razão disso, ele dirige petição ao referido órgão solicitando que providenciasse a devida retificação. A petição seguiu acompanhada dos documentos que informavam os dados corretos sobre a pessoa de João. Como o órgão público indeferiu tanto o pedido inicial quanto o recurso administrativo interposto, João contratou você, como advogado(a), para ajuizar a medida judicial cabível. Agindo em conformidade com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, você

Alternativas

- ajuizou um Habeas Data, esclarecendo que o Mandado de Segurança, por ser um remédio de caráter residual, não seria o instrumento adequado para aquela situação específica, em que se almejava retificar informações pessoais.

- b) ajuizou uma Ação Ordinária, informando a João ser esta a única solução processual passível de atingir os objetivos pretendidos, já que a comprovação do direito líquido e certo pressupõe a dilação probatória.
- c) impetrou Mandado de Segurança, tendo o cuidado de observar que a impetração se desse dentro do prazo decadencial de 120 dias do conhecimento, por João, do improvimento do recurso.
- d) informou a João que a situação em tela é uma exceção à possibilidade de resolução no âmbito da esfera judicial, sendo que sua solução obrigatoriamente se esgota na esfera administrativa.

Questão 06

Mariana, que nasceu no Brasil, decidiu adquirir a nacionalidade de um país asiático. Embora este país não tivesse imposto condições para sua permanência no respectivo território ou para o exercício dos direitos civis, ela acreditava que essa decisão facilitaria sua circulação pelo continente asiático, já que tinha o propósito de explorar vários sítios montanhosos.

No entanto, ao retornar ao Brasil neste mês, Mariana foi informada de que essa escolha pode resultar na perda de sua nacionalidade brasileira. Preocupada, ela consultou você, como advogado(a), para esclarecer a sua situação, explicando que nunca realizou qualquer pedido expresso para abdicar da nacionalidade brasileira.

Sobre a situação de Mariana, de acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

Alternativas

- a) Ela mantém a nacionalidade brasileira, pois, no caso em análise, apenas o pedido expresso de perda da nacionalidade pode gerar tal consequência.
- b) Ela não perde a nacionalidade brasileira, desde que comunique previamente ao governo brasileiro que não deseja renunciar a ela ao adquirir a nova nacionalidade.
- c) Ela perde a nacionalidade brasileira apenas se deixar de exercer direitos políticos e civis no Brasil, como o voto ou a manutenção de propriedades, após adquirir a nova nacionalidade.
- d) Ela perde a nacionalidade brasileira, pois ao adquirir voluntariamente outra nacionalidade, sem imposição do Estado estrangeiro, ela perde automaticamente a nacionalidade originária.

Questão 07

Klaus, nascido na Alemanha, é filho de Ângela, também alemã, e de Afonso, brasileiro, que estava no país germânico porque fora contratado por empresa privada local, como engenheiro mecânico.

Klaus, com 18 anos, resolve seguir os passos do pai, e vem para o Brasil cursar engenharia mecânica em conceituada universidade federal. Para tanto, e para concorrer às vagas comuns, deseja ter reconhecida a nacionalidade brasileira.

Acerca do caso narrado, e com base no que dispõe a Constituição da República, assinale a afirmativa correta.

Alternativas

- a) Klaus não poderá optar pela nacionalidade brasileira, pois Afonso, ainda que brasileiro, não estava na Alemanha a serviço do Brasil.
- b) Klaus poderá ter reconhecida a condição de brasileiro nato se fixar residência no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira, ainda que não tenha sido registrado em repartição brasileira competente na Alemanha.
- c) Tendo em vista que Klaus já atingiu a maioridade, poderá requerer a nacionalidade brasileira apenas na condição de naturalizado.
- d) A comunicação em língua portuguesa mostra-se como condição para a obtenção da nacionalidade brasileira por Klaus.

Questão 08

No ordenamento jurídico brasileiro, os remédios constitucionais são instrumentos essenciais para a proteção e implementação dos direitos fundamentais. Dentre eles, destaca-se o mandado de segurança, previsto no art.5º da constituição Federal e disciplinado pela Lei nº 12.016/2009. Sobre o Mandado de Segurança, com base no texto constitucional e legislação de disciplina, analise as proposições abaixo:

I.O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

II.O mandado de segurança poderá ser concedido para a proteção de direito líquido e certo, ainda que o direito a ser protegido também possa ser amparado por habeas corpus ou habeas data, em atenção ao Princípio do Acesso à Justiça.

III.O prazo para impetração do mandado de segurança é decadencial de 120 dias, contados a partir da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

IV. Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus.

Assinale a alternativa CORRETA:

Alternativas

- a) As proposições I, III e IV estão corretas e a proposição II está incorreta.
- b) As proposições I, II, III e IV estão corretas.
- c) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II estão incorretas.
- d) As proposições I e III estão corretas e as proposições II e IV estão incorretas.

Questão 09

A respeito dos remédios constitucionais previstos no bojo da CF/1988, assinale a alternativa correta.

Alternativas

- a) O mandado de segurança só pode ser utilizado para proteger os direitos que já estão amparados pelo habeas corpus ou habeas data e não pode ser aplicado para garantir outros direitos líquidos e certos.
- b) A legitimidade para impetrar o mandado de segurança coletivo é exclusiva dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional.
- c) O habeas data poderá ser utilizado em substituição ao mandado de segurança.
- d) O habeas corpus será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Disciplina: Teoria Geral do Processo

Professor: Juliana Soler

Questão 10

Acerca do conceito, dos princípios e das características da jurisdição no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

A) A jurisdição é uma função exclusiva do Poder Judiciário, sendo vedado a qualquer outro órgão ou esfera exercer atividades de natureza jurisdicional ou equivalente, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes.

B) O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (inafastabilidade da jurisdição) impede que o legislador condicione o acesso ao Judiciário ao prévio esgotamento das vias administrativas em qualquer hipótese.

C) A característica da substitutividade implica que o Estado-Juiz, ao exercer a jurisdição, substitui a vontade das partes pela vontade da lei no caso concreto, visando a pacificação social com justiça.

D) Pelo princípio da aderência ao território, a jurisdição de um magistrado é plena e absoluta em todo o território nacional, independentemente de regras de competência fixadas em lei.

Questão 11

São características da Jurisdição, EXCETO:

- a) Substitutividade – O Estado substitui as partes e soluciona o conflito, por conta do monopólio da atividade jurisdicional.
- b) Instrumentalidade – Através da atividade jurisdicional é possível impor os comandos legais violados.
- c) Inércia – a atividade jurisdicional deve ser provocada pela parte, pois se trata de uma atividade desinteressada, imparcial e equidistante dos interesses das partes.
- d) A atividade jurisdicional é parcial, sendo efetivada de ofício pelo juízo, independe de qualquer provocação da parte.

Questão 12

Análise as afirmativas e assinale a alternativa correta:

- I. O processo poder ser entendido como sendo a relação jurídica de direito público (processual) que une autor, juiz e réu, e que se exterioriza e se desenvolve pela sequência ordenada de atos com vistas a um fim, qual seja, a sentença.
 - II. Pelo princípio do juiz natural se proíbe a existência de juízo ou tribunal de exceção (instaurado especificamente para o julgamento de determinadas causas ou pessoas).
 - III. O ordenamento constitucional autoriza a utilização nos autos do processo das provas obtidas por meio ilícito.
- a) Está correto apenas a afirmativa III.
 - b) Está correto as afirmativas apenas II e III
 - c) Está correto as afirmativas I e III
 - d) Está correto as afirmativas I e II.

Questão 13

Acerca das fontes da Teoria Geral do Direito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Fontes do Direito Processual são os lugares de onde provém este ramo do Direito, dentre os quais podemos destacar a Constituição Federal, nela se encontram as normas fundamentais aplicáveis ao processo, especialmente no rol do art. 5º, como, por exemplo, os princípios do devido processo legal (inc. LIV), do contraditório e da ampla defesa (LV), da acessibilidade ao Judiciário (XXXV), da proibição de obtenção de provas ilícitas (LVI), da celeridade ou da duração razoável do processo (LXXVIII), além de regras acerca da organização e competência de julgar processos, em única ou última instância, pelos juízes e tribunais (arts. 102 e ss).
- b) Os princípios gerais do Direito não podem ser considerados como fonte da Teoria Geral do Direito e do Direito Processual.
- c) Dos princípios gerais derivam os específicos, aplicáveis a todo o Direito Processual, inclusive o Civil, tais como: devido processo legal, contraditório e ampla defesa, isonomia processual e paridade de armas, cooperação entre as partes, da duração razoável do processo etc, portanto é uma das fontes do Direito Processual e da Teoria Geral do Direito.
- d) Fonte do Direito seria, portanto, a origem do Direito, o seu nascedouro. Trata-se dos fatores reais que condicionaram o aparecimento da norma jurídica, seja elas quais forem (princípios morais, políticos, pareceres, teorias etc), desde que influenciem na criação e aplicação do direito.

Questão 14

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A jurisdição é também informada por alguns princípios, dentre os quais se destacam investidura, aderência ao território ou territorialidade, indelegabilidade, inevitabilidade, indeclinabilidade, improrrogabilidade.
- b) a jurisdição pode ser voluntária, cujo procedimento está previsto nos artigos. 719 a 770, NCPC; ou contenciosa.
- c) são poderes da jurisdição conhecimento (notio, cognitio), chamamento (vocatio), coerção (coertio, coercitio), julgamento (juditio), execução (executio) e poder geral de cautela.
- d) a jurisdição não pode ser voluntária, sendo prevista apenas na modalidade de exercício contenciosa.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial I

Professor: Dr. Eliel Ribeiro Carvalho

Questão 15

Julgue as assertivas e em seguida marque a alternativa correta:

- I. A mãe que, em estado puerperal, mata culposamente o próprio filho responde por infanticídio culposo.
 - II. Aborto econômico/social é realizado para que não se agrave a situação de miséria da gestante, que não terá condições socioeconômicas para criar o filho.
 - III. As lesões corporais culposas e as seguidas de morte não admitem tentativa.
 - IV. No crime de participação em suicídio, tipificado pelo artigo 122 do Código Penal, praticado contra menor de 14 anos de idade, tendo em vista que a lei presume de forma absoluta a incapacidade do menor de 14 anos a resistir a uma ideia de suicídio, o agente responderá pelo crime de homicídio, se houver consumada a morte
- a) somente as assertivas I e IV estão corretas.
 - b) somente as assertivas II e III estão corretas.
 - c) somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - d) todas as assertivas estão corretas.

Questão 16

No que diz respeito ao crime de aborto (Artigos 124 a 128 do Código Penal), analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa **correta**:

- a) O crime de autoaborto (Art. 124) admite a modalidade culposa caso a gestante, por negligência grave, venha a sofrer a interrupção da gravidez.
- b) No crime de aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (Art. 126), se a gestante for menor de 14 anos, o consentimento é considerado inválido, e o agente responderá pela modalidade de aborto sem consentimento (Art. 125).
- c) O chamado "aborto sentimental" ou ético, permitido no caso de gravidez resultante de estupro, exige autorização judicial prévia e específica para que o médico possa realizar o procedimento sem cometer crime.
- d) Se o médico pratica o aborto para salvar a vida da gestante (aborto necessário), sua conduta é considerada atípica, pois a preservação da vida da mãe exclui a própria definição do crime de aborto

Questão 17

1. Analise as assertivas abaixo e em seguida marque a alternativa correta

I – No crime de lesão corporal, quando há vários ferimentos na vítima, no mesmo contexto do fato, o crime é único.

II – Configura-se lesão corporal de natureza grave quando a vítima fica impossibilitada de realizar suas ocupações habituais por mais de trinta dias, desde que a impossibilidade seja para ocupações do trabalho da vítima e não ocupações gerais.

III – Segundo a jurisprudência majoritária, não há necessidade de comprovação pericial do estado puerperal da gestante, no crime de infanticídio.

IV- Dois suicidas, fazem pacto de morte. Somente um pratica o ato executório, e ambos sobrevivem apesar de sofrerem lesões corporais de natureza grave. Nesse caso, quem praticou o ato executório responderá por homicídio tentado. (1,0)

Está (ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- a) III.
- b) II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.

Questão 18

A respeito do crime de "Perigo de contágio venéreo", previsto no Art. 130 do Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa **correta**:

- a) Por se tratar de um crime de perigo, a consumação ocorre com a efetiva transmissão da doença venérea à vítima, sendo o dolo de dano elemento indispensável do tipo.
- b) O crime admite duas formas de elemento subjetivo: o dolo de perigo (expor alguém a contágio) no *caput*, e o dolo de dano (intenção de transmitir a doença) no § 1º, que prevê pena de reclusão.
- c) Por ser um crime de ação penal pública condicionada à representação em qualquer hipótese, o Ministério Público não pode oferecer denúncia sem a manifestação de vontade da vítima.
- d) É classificado como um crime comum quanto ao sujeito ativo, podendo ser praticado por qualquer pessoa, ainda que esta não saiba ser portadora de moléstia venérea.

Disciplina: Introdução a Antropologia

Professor: Me. Mário César M. Miranda

Questão 19

A Antropologia é uma ciência que busca compreender o ser humano em sua totalidade, considerando suas práticas culturais, sociais e biológicas, bem como suas formas de organização em sociedade.

Com base nesse conceito, assinale a alternativa correta:

- a) A Antropologia limita-se ao estudo biológico do ser humano, sem considerar aspectos culturais e sociais.
- b) A Antropologia é a ciência que estuda o ser humano em sua totalidade, analisando suas práticas culturais, sociais e naturais em diferentes contextos históricos e geográficos.
- c) A Antropologia dedica-se exclusivamente ao estudo de povos antigos, não abrangendo sociedades contemporâneas.
- d) A Antropologia baseia-se apenas no senso comum e na experiência cotidiana, sem utilização de método científico.

Questão 20

No âmbito da Antropologia cultural, a cultura é compreendida como um fenômeno complexo que envolve diferentes dimensões da vida humana, sendo fundamental para a compreensão das sociedades. Com base nesse conceito, assinale a alternativa correta:

- a) A cultura é determinada exclusivamente por fatores biológicos e genéticos, sendo independente da convivência social.
- b) A cultura corresponde apenas às manifestações artísticas e intelectuais, não abrangendo comportamentos cotidianos.
- c) A cultura é um conjunto de conhecimentos, crenças, valores, normas e símbolos compartilhados socialmente, influenciando o comportamento humano.
- d) A cultura é algo estático e imutável, transmitido de forma idêntica entre gerações, sem sofrer transformações ao longo do tempo.

| |
|---|
| Disciplina: Direito Empresarial I Professor: Esp. Ronaldo Carvalho |
|---|

Questão 21

Determinado magistrado de carreira resolve, em suas horas vagas, organizar uma estrutura para venda de vinhos importados pela internet, exercendo a atividade de forma profissional e habitual. Sobre a situação desse magistrado, assinale a correta:

- A) Ele é considerado empresário regular, pois a atividade econômica é lícita.
- B) Ele exerce a empresa de forma irregular e está sujeito às sanções administrativas da magistratura, mas responde pelas obrigações contraídas.
- C) Os atos praticados por ele são nulos de pleno direito por falta de capacidade civil.
- D) Por ser proibido de exercer o comércio, ele não responde com seus bens particulares pelas dívidas da atividade.

Questão 22

No silêncio do contrato de trepasse, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência. No caso de **locação financeira (leasing)** do estabelecimento, essa proibição de concorrência:

- A) Não se aplica, pois o leasing não é uma venda definitiva.
- B) Aplica-se apenas se houver cláusula expressa no contrato de locação.
- C) Persistirá durante o prazo do contrato de locação ou usufruto.
- D) É reduzida para o prazo fixo de um ano, independentemente da duração do contrato.

Questão 23

O acordo entre empresas concorrentes visando à fixação de preços, divisão de mercados ou ajuste de condições em licitações públicas é conhecido como:

- A) *Joint Venture*.
- B) Cartel, sendo considerada uma infração à ordem econômica independente de prova de culpa.
- C) Prática de preços predatórios, visando apenas à proteção do consumidor.
- D) Acordo de exclusividade, sempre permitido se as empresas forem pequenas.

Disciplina: Sociologia
Professor: Me. Mário César Martins de Miranda

Questão 24

A Sociologia surgiu como uma ciência voltada à compreensão da vida social, buscando analisar as relações entre os indivíduos e os fenômenos sociais que estruturam a sociedade.

Com base nesse conceito, assinale a alternativa correta:

- a) A Sociologia é uma ciência que estuda exclusivamente o comportamento individual, sem considerar o contexto social.
- b) A Sociologia é baseada apenas em opiniões e senso comum, sem utilização de métodos científicos.
- c) A Sociologia limita-se à análise de sociedades antigas, não sendo aplicável às sociedades contemporâneas.
- d) A Sociologia é um conjunto de conceitos, métodos e técnicas de investigação científica voltados à compreensão da vida social e das relações humanas.

Questão 25

Émile Durkheim definiu o objeto de estudo da Sociologia como os chamados “fatos sociais”, estabelecendo características fundamentais para sua identificação.

Com base nesse conceito, assinale a alternativa correta:

- a) Os fatos sociais são construções individuais, dependentes exclusivamente da vontade de cada pessoa.
- b) Os fatos sociais são fenômenos internos à consciência individual, não possuindo existência própria.
- c) Os fatos sociais são maneiras de agir, pensar ou sentir que existem independentemente do indivíduo e exercem sobre ele uma força coercitiva.
- d) Os fatos sociais são manifestações puramente subjetivas, sem possibilidade de análise científica.